

10/Junho/2015

## INDICADORES ECONÔMICOS – AGENDA DO DIA

### ➤ Brasil:

- O IBGE divulga o **IPCA**: identifica as variações nos gastos das famílias que ganham de um a quarenta salários mínimos nas principais regiões metropolitanas brasileiras (Vide notícia abaixo);
- Sai o **SINAPI: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil**, feito a partir do levantamento dos custos (material e mão de obra) da construção civil no setor habitação (Vide notícia abaixo);
- Sai o **Fluxo Cambial** (divulgado pelo Banco Central): saldo semanal das entradas e saídas de capital estrangeiro no Brasil (Vide notícia abaixo).

### ➤ Mundo:

- **França**: Sai a Produção industrial (Mensal e Anual);
- **Itália**: Sai a Produção industrial (Mensal);
- **Grã Bretanha**: Sai a Produção industrial (Mensal e Anual);
- **Indonésia**: Sai a Balança comercial (exportações e importações);
- **Nova Zelândia**: Decisão da Taxa de juros e Declaração da Política Monetária;
- **Austrália**: Sai a Taxa de desemprego (Mensal);
- **Estados Unidos**: EIA *Petroleum Status Report*: saldo semanal do estoque de barris de petróleo nos EUA. *Treasury Budget*: orçamento do Tesouro dos EUA.

## NOTÍCIAS RELEVANTES PARA O SETOR DE ENERGIA

### ✓ Geração Elétrica Nuclear nos BRICS

Fonte: CEIRI



A Geração Elétrica Nuclear faz parte da matriz energética de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul com diferentes graus de contribuição. Somado, o parque de geração nuclear do BRICS monta a 86ª usina em operação, o que representa 20% do parque mundial. Em termos de geração mundial de eletricidade nuclear, os BRICS produziram 15% do total de 2,5 mil TWh em 2014. O grupo também tem 40 usinas em construção, o que representa 60% das futuras usinas a entrarem em operação ao longo dessa década. A forte participação fica por conta de China, Rússia e Índia. Na África do Sul, o Governo chegou a lançar mais de uma vez licitações internacionais, porém a decisão firme para início de construção de uma 3ª usina vem sendo seguidas vezes postergada. No Brasil há apenas

1 usina em construção (Angra 3, com 1.405 MW) com início de operação em 2018. O Governo brasileiro, entretanto, tem anunciado novas unidades em horizontes de mais longo prazo. O Plano Nacional de Energia – PNE2030, lançado em 2008, considerava a instalação de 4.000 MW nucleares adicionais após a entrada em



operação de Angra 3, porém ainda sem decisões firmes para efetivo início de construção. A Rússia é um país que tem fartura de recursos energéticos, principalmente gás natural. Sua condição de potência nuclear militar lhe propiciou a base tecnológica para a exploração da geração elétrica nuclear, mas as baixas condições de segurança em seus reatores, tanto de projeto como na operação, levaram ao desastre de Chernobyl. A produção a partir de petróleo está sendo desativada, como na maioria dos países, enquanto a participação da energia nuclear cresceu 38% em relação à de 1990. A Rússia tem 9 reatores em construção com capacidade total prevista de 8,2 GW. A Índia é um país em rápido desenvolvimento, cuja opção para geração foi predominantemente o carvão. Seu PIB entre 1971 e 2009 cresceu 5,7% ao ano, tendo se multiplicado por um fator 8,1. O consumo de eletricidade foi multiplicado por 13,5 tendo crescido a 7,1% ao ano em média. O país tem 21 reatores nucleares em operação e 6 em construção, com uma potência adicional prevista de 4,8 GW. A Índia é importadora de energia fóssil e depende do abastecimento externo em 16% do carvão, 81% do petróleo e 21% do gás natural. A crescente aceitação da Índia como potência nuclear militar “*de facto*” tem aberto caminhos para a cooperação internacional que facilitam essa expansão. A geração elétrica na China cresceu 9,0% ao ano entre 1971 e 2009, tendo sido multiplicada por um fator 27. O uso da eletricidade passou de 138 TWh para 3.696 TWh por ano. O PIB real cresceu 9,4% ao ano no mesmo período, tendo sido multiplicado por um fator 30. Para atender este grande crescimento da demanda, a China adotou o carvão como combustível básico, cuja participação atingiu 80%. A China é praticamente independente de importação de carvão (4%), mas é dependente de importação de petróleo (52%) e importa 5% do gás natural que consome. Embora sem participação significativa na sua geração atual, a China tem ambiciosos programas nuclear e de energias alternativas (sendo construídos na China Continental 27 reatores com capacidade total de 26,6 GW, e ela está se preparando para ser fornecedora de centrais nucleares para o exterior). Dois outros reatores estão em construção em Taiwan. A geração elétrica na África do Sul é amplamente dominada pelo carvão, que responde por mais de 90% do total da eletricidade produzida no País. Isso se explica, basicamente, pela abundância desse recurso natural no país. A 2ª maior fonte é a nuclear, com 6,0%. O gás natural e as renováveis, basicamente hidrelétricas, respondem por parcelas complementares muito pequenas. A geração nuclear não deverá ser majoritária nestes países, mas continuará a ser uma opção relevante nas suas políticas e matrizes energéticas. A cooperação existente dentro do grupo no setor é ainda muito limitada, mas apresenta perspectivas concretas de acelerado crescimento nos próximos anos.

#### ✓ **Transmissão permanece como entrave à energia eólica Adriano Villela**

Fonte: Gente & Mercado



Em 2011, a Renova Energia inaugurou um parque eólico em Guanambi e Caetité. Mais não gerou energia. A Chesf não tinha concluído as linhas de transmissões. Hoje, 4 anos depois, as transmissões continuam como principal entrave, segundo o diretor-geral da Gamesa no Brasil, Edgard Corrochano. Questões como a valorização do dólar – entre 30% a 40% dos componentes da nacela são exportados – e os juros altos comprometem a competitividade. A Gamesa vai investir mais R\$ 80 milhões até 2016 para atender as novas exigências do banco de desenvolvimento. Incentivos, segurança jurídica e marco regulatório claro também foi cobrado, durante a solenidade, pela presidente da Associação Brasileira de Empresas de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum.

#### ✓ **Geração eólica brasileira é a 15ª maior no mundo**

Fonte: BioEnergia



O Brasil subiu 5 posições na geração eólica, passando de 20º em 2012, para 15º em 2013. No geral, no âmbito das energias renováveis, o País é o quarto no mundo, ficando atrás apenas da China, Índia e dos Estados Unidos. Os dados são do “Ranking Mundial de Energia e Socioeconomia (anos 2011 /12 /13)”, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE) do Ministério de Minas e Energia (MME). Segundo o documento, em 2012, o Brasil produziu 121 milhões de toneladas equivalente de petróleo (Mtep) de fontes renováveis, atrás da China (311 Mtep), da Índia (199 Mtep) e dos



Estados Unidos (129 Mtep). Na produção de biogásolina (etanol), o Brasil se manteve na 2ª posição em 2012, perdendo apenas para os Estados Unidos. O mesmo ocorreu na produção de biodiesel, com a manutenção da quarta posição, superado apenas pelos Estados Unidos, Alemanha e Argentina. No caso da evolução no *ranking* mundial de energia eólica, o Brasil se destacou também pelo potencial eólico brasileiro bem como a existência de parque industrial de equipamentos para a geração eólica, o que justifica a adição de mais capacidade geradora.

### ✓ **Uso de eficiência energética nas empresas já se mostra eficaz**

Fonte: Associação Comercial do Rio de Janeiro



Apenas com a mudança de comportamento no melhor uso das fontes de energia, a eficiência energética, é possível uma redução de 10% no consumo de energia nas empresas. Como plataforma disponível para pequenos empresários colocarem em prática investimentos tecnológicos que ajudam na eficiência energética, o Sebrae possui o Serviços em Inovação e Tecnologia (Sebraetec). A iniciativa do Sebrae Nacional possibilita que micro e pequenas empresas que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano tenham auxílio para execução de projetos nas áreas de processos produtivos, certificação e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS). O programa oferece subsídio financeiro não reembolsável de até 80% do valor.

### ✓ **Eólica no Piauí ao Reidi é enquadrada**

Fonte: Canal energia



O Ministério de Minas e Energia aprovou o enquadramento ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura da EOL São Basílio, no Piauí. Serão construídas 11 unidades geradoras, que totalizam 29,7 MW de capacidade instalada, além de um sistema de transmissão de interesse restrito, constituído por uma rede coletora de uso exclusivo que contempla dois circuitos simples e se interliga com outras subestações e eólicas. As obras, que começaram em 30 de dezembro de 2014, tem previsão de término para 30 de dezembro de 2015. O empreendimento demandou R\$ 185 milhões em investimentos, sem impostos.

### ✓ **Instalações de mini ou microgeração de energia terão ICMS cobrado**

Fonte: Agência Câmara Notícias



A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 20, proposta que estabelece regra para a cobrança do ICMS nas operações de fornecimento de energia elétrica a consumidor que possua em suas instalações minigeração ou microgeração de energia. O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Arthur Virgílio Bisneto (PSDB-AM), ao Projeto de Lei Complementar 38/15, do deputado João Derly (PCdoB-RS). A proposta altera a Lei Kandir (Lei Complementar 87/96). Pela proposta aprovada, nas operações de fornecimento de energia elétrica a consumidor microgerador ou minigerador participante de sistema de compensação de energia elétrica, serão adotadas as seguintes regras: - o valor da operação a ser considerado como base de cálculo do imposto será o equivalente ao total de energia fornecido pela empresa distribuidora ao consumidor deduzido do montante de energia injetado pelo consumidor no sistema elétrico da distribuidora, no período de faturamento; - quando, no período de faturamento, a energia injetada pelo consumidor no sistema elétrico da distribuidora for maior que a energia consumida, o saldo positivo de energia gerada pelo consumidor deverá ser utilizado para abater a energia consumida por esse mesmo consumidor em faturas de energia subsequentes, durante um mesmo ano fiscal. O texto original definia que, nas operações de fornecimento de energia elétrica a consumidor que possua em suas instalações minigeração ou microgeração de energia, o valor da operação seria "a diferença positiva entre a entrada de energia elétrica fornecida pela empresa distribuidora e a saída com destino à empresa distribuidora". O relator fez ajustes no texto, para incluir regra para os casos em que a energia gerada



pelo consumidor for superior à energia consumida. Essa sistemática prevê que o ICMS incidente nos sistemas de compensação de energia terá como base de cálculo o valor total da operação de fornecimento de energia pela empresa distribuidora, desconsiderando, na apuração da base de cálculo do tributo, a energia produzida nas instalações do consumidor. A proposta, que tramita em regime de prioridade, ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; de Constituição e Justiça e de Cidadania; e pelo Plenário.

#### ✓ **Setor de energia do Amazonas receberá em investimentos**

Fonte: **Energio Nordeste**



O Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobras, anunciou um Plano de Obras no setor de energia para o Estado do Amazonas, no período de 2015 a 2018. Segundo informações, serão investidos R\$ 6 bilhões em obras que irão abranger a capital e interior do Estado. Através dos recursos serão construídas novas usinas, a integração de novos municípios ao Sistema Interligado Nacional (SIN), a criação de novas linhas e subestações, instalação de novas redes de distribuição, e a expansão do Programa Luz para Todos. A geração de energia distribuída no interior do Estado será um dos maiores desafios do plano. Ela será gerada e distribuída através de geradores próprios e locados, além da implantação de novas usinas com Produtores Independentes de Energia. Nas comunidades mais isoladas, serão implantados novos sistemas solares e redes de baixa tensão, com previsão de 14.500 novos sistemas e beneficiando cerca de 72 mil pessoas em 55 municípios contemplados.

#### ✓ **EUA é o maior produtor mundial de petróleo**

Fonte: **AFP**



Os Estados Unidos tornaram-se o maior produtor de petróleo do mundo, pela primeira vez desde 1975, graças ao óleo de xisto, anunciou nesta quarta-feira a companhia de petróleo britânica BP. Além disso, a oferta global de petróleo cresceu como nunca antes em 2014 (2,1 milhões de bpd), de acordo com o relatório estatístico sobre energia da BP. Este aumento deve-se principalmente ao crescimento de 1,6 milhões de barris por dia de produção americana. Segundo o relatório, esta é a primeira vez que um país consegue aumentar sua oferta em mais de 1 milhão de barris por dia durante 3 anos consecutivos. Por exemplo, os Estados Unidos reduziram significativamente suas importações, a ponto de ceder à China o lugar de maior importador. E isso apesar da desaceleração econômica que fez a demanda chinesa cair a apenas 2,6% em 2014, muito menos do que a média anual de 6,6% nos últimos 10 anos. O óleo de xisto é um substituto do petróleo, cuja técnica não convencional envolve a injeção de água sob alta pressão, fraturação hidráulica, em rochas localizadas a entre 1.500 a 2.400 metros de profundidade. Esta técnica tem expandido as possibilidades de extração de petróleo e é uma ameaça para o domínio dos produtores tradicionais.

#### ✓ **Dados preliminares apontam queda no consumo e na geração de energia**

Fonte: **CCEE**



Dados preliminares de medição coletados entre os dias 1º e 7 de junho apontam redução tanto no consumo (-7,7%) quanto na geração (-6,9%) de energia elétrica no país, na comparação com o mesmo mês de 2014. Em junho, a análise do desempenho da geração de energia aponta que 55.462 MW médios foram entregues ao Sistema Interligado Nacional (SIN), com destaque para as usinas eólicas, que entregaram 1.910 MW médios de energia no mês, produção 47,9% maior daquela registrada no ano passado. As usinas hidráulicas, por sua vez, com 38.021 MW médios, tiveram queda de 8,4%, e representaram 68,6% da geração de energia no país, índice 1,1 ponto percentual inferior que o registrado em 2014. Já na análise da geração térmica, houve redução de 7,3%,



causada principalmente pela parada de Angra I para manutenção e pela queda (-24,1%) na produção das usinas movidas à biomassa. O consumo de energia elétrica no período somou 53.029 MW médios, com baixa de 7,7% e redução tanto no mercado cativo (ACR), no qual os consumidores são atendidos pelas distribuidoras, quanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL), no qual os consumidores compram energia diretamente dos fornecedores. O consumo cativo registrou 39.976 MW médios, variação negativa de 7,1%, enquanto o consumo no ACL apresentou queda de 11,8% no consumo, com 13.053 MW médios. Na análise do consumo pelos segmentos industriais que adquirem energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), apenas os setores de telecomunicações (+1,0%) e transporte (+1,4%) registraram aumento do consumo no período. Os demais ramos da indústria registraram queda, com maior redução nos de bebidas (-25,6%), veículos (-25,3%), saneamento (-16,9%) e têxtil (-15,7%).

### ✓ Preços do petróleo têm alta em Nova York e Londres

Fonte: Setorial energy news



Os preços do petróleo têm alta em Nova York e Londres nesta de quarta-feira (10). Em Nova York, o barril abriu cotado a US\$ 61.49 registrando uma alta da ordem de 2.24% em relação ao fechamento de terça-feira (9). Em Londres, o barril abriu cotado a US\$ 65.97 nesta quarta-feira, também registrando um avanço da ordem de 1.68%, igualmente em relação ao fechamento de terça-feira.

### ✓ Taxa de retorno de Uruguiana é mantida

Fonte: Canal energia



A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica negou pedido feito pela AES e manteve em R\$ 648,22/MWh o Custo Variável Unitário da termelétrica de Uruguiana no mês de março. O CVU foi calculado com base em taxa de retorno regulatória de 7,16% ao ano e no desconto financeiro resultante da diferença entre a aplicação da taxa de 10% pela geradora e o índice de 7,16% em fevereiro de 2015. Naquele mês, o custo unitário do empreendimento ficou em R\$ 744,92/MWh. A UTE Uruguiana foi acionada em fevereiro de 2015, quando operou por 17 dias. A operação foi mantida em todos os dias de março e abril e por 20 dias em maio. A geradora sugeriu à Aneel a aplicação da taxa de retorno de 10% pela operação em todo esse período, com tratamento semelhante ao das tarifas de operação e manutenção dos empreendimentos de geração e transmissão que tiveram as concessões renovadas de acordo com a Lei 12.783. A Aneel argumentou, porém, que a taxa de retorno de 10% ao ano, calculada pela EPE na prestação na prestação de serviços das hidrelétricas e das linhas prorrogadas, nunca foi adotada pela agência. O 7,16% é o índice real previsto para as geradoras, a partir do cálculo do Wacc (custo medio ponderado de capital, em inglês), já descontados os impostos. Além dos custos variáveis, pagos quando a usina gera energia, a AES Uruguiana tem direito ao reembolso dos custos fixos com a retomada da disponibilidade da usina. Em 2013, a agência reguladora aprovou taxa de retorno de 6,03% ao ano para a cobertura dos custos fixos do empreendimento.

### ✓ Investimento para renovação de distribuidoras vai para revisão tarifária

Fonte: ANEEL/Reuters



Os investimentos das empresas para alcançar as metas estabelecidas quando da renovação dos contratos de concessão de distribuidoras que vencem entre 2015 e 2017 deverão ser repassados aos consumidores em reajustes futuros, no processo de revisão



tarifária de cada empresa. Entre as empresas cujas concessões estão próximas do vencimento estão distribuidoras da Eletrobras ELET6.SA, Copel CPLE6.SA, Energisa ENGI4.SA e Celesc CLSC3.SA, além da Cemig CMIG4.SA. "Uma vez feitos (os investimentos), seguem a norma do setor de distribuição, entram para a base de remuneração e virarão tarifa", afirmou nesta terça-feira o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, durante reunião de diretoria do órgão. Ele admitiu, porém, que o cumprimento de critérios de qualidade podem exigir, em alguns casos, o aporte de recursos pelo acionista da concessionária. A proposta da Aneel, embora descarte reajuste tarifário extraordinário, afasta preocupações de distribuidoras de que os investimentos não seriam repassados para a tarifa em nenhum momento. Procurado, o ministério não se manifestou imediatamente. Ao abrir audiência pública da Aneel para definir as condições contratuais para a prorrogação das concessões, o órgão regulador apontou como exemplo a trajetória da Equatorial, empresa que atende o Maranhão na qual os indicadores de qualidade tiveram relevante melhora após a aquisição, em 2004, por fundos de investimento em *private equity*. A exigência é que a geração de caixa das empresas seja maior que a soma dos investimentos para reposição de ativos e os juros da dívida. O descumprimento pode resultar em exigência de aporte financeiro pelos acionistas da distribuidora ou mesmo na restrição de distribuição de dividendos ao mínimo obrigatório para as companhias. No caso de dois descumprimentos consecutivos das metas, tanto para qualidade quanto para equilíbrio econômico-financeiro, a Aneel já poderia declarar a caducidade da concessão.

## ✓ Light terá que devolver aos consumidores R\$ 33,9 milhões

Fonte: Canal energia



A Light (RJ) terá que devolver aos consumidores, no próximo reajuste tarifário, R\$ 33,9 bilhões resultantes do recálculo dos preços do contrato da distribuidora com a termelétrica Norte Fluminense. Esse valor entrará na correção anual da tarifa da empresa, em novembro desse ano, como componente financeiro negativo, relativo à compensação pela variação de custos da energia da usina entre 2006 e 2010. O total a ser retirado da tarifa será atualizado pela taxa Selic. A discussão sobre o repasse dos valores do contrato bilateral entre a Light e a UTE Norte Fluminense começou no processo de reajuste de 2011. Havia discordância entre a distribuidora e a Aneel sobre as datas de atualização dos componentes do Valor Normativo, usado como referência para limitar o repasse do custo da energia comprada às tarifas dos consumidores e seu impacto na Conta de Compensação de Variação de Valores de itens da Parcela A - a CVA. O valor original da devolução calculado pela agência era de R\$ 96,2 milhões. Ele foi revisto depois para R\$ 33,9 milhões, após a Aneel aceitar as argumentações da empresa e revisar a correção da taxa Selic da CVA Energia, calculada no processo tarifário de 2008 para todos os contratos. A Aneel também retificou o câmbio de outubro na apuração das CVAs da usina nos reajustes de 2012 e 2013. Com essas correções, a Aneel considerou solucionados os erros de cálculo e decidiu manter aplicar a retificação a partir de 2006.

## NOTÍCIAS SOBRE ECONOMIA GERAL

### ✓ Indicadores de emprego denotam piora no mercado de trabalho brasileiro

Fonte: FGV

O indicador antecedente de emprego (IAEmp), apurado pela FGV, interrompeu a tendência de queda em maio, porém o indicador coincidente de desemprego (ICD) subiu pelo 5º mês consecutivo. Adicionalmente, mesmo com a alta de 0,3% em relação ao mês anterior, o IAEmp se manteve em patamar historicamente bastante baixo, o que ainda não sugere reversão da tendência de piora do mercado de trabalho. Na mesma direção, o ICD subiu 2,9% no período, alcançando o maior nível desde 2009. O resultado, assim, não altera a perspectiva de enfraquecimento adicional do emprego nos próximos meses, como efeito defasado da desaceleração da atividade econômica doméstica.

#### ✓ **Custo de vida em São Paulo sobe em maio**

Fonte: DIEESE

Pressionado pelo encarecimento de alimentos *in natura* e de serviços domésticos, o Índice do Custo de Vida (ICV) das famílias paulistanas aumentou 0,57% em maio comparado a abril, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Os grupos Alimentação e Habitação respondem por 93% da alta do mês. O ICV acumula avanços de 6,17% no ano e de 8,82% em 12 meses. Na passagem de março para abril, a taxa de inflação do grupo Alimentação foi de 1,29%, puxada principalmente por alimentos *in natura* e semielaborados (1,80%), mas com elevações também entre produtos da indústria alimentícia (0,77%) e na alimentação fora do domicílio (0,98%). No grupo de alimentos *in natura*, a cebola (39,04%) e o tomate (18,20%) estão entre os destaques de alta. Em Habitação, o subgrupo operação do domicílio avançou 0,67% e foi o que mais pesou para o resultado, influenciado por altas nos preços de botijão de gás (1,70%), serviços domésticos (1,67%) e produtos de limpeza (0,92%). Também pesaram os reajustes de aluguéis (0,67%) e condomínios (0,32%). O grupo Transporte foi o único a registrar deflação no período, aliviando em 0,04 ponto percentual o ICV de maio, com contribuição exclusiva do transporte individual (-0,41%). Do total de 0,57 ponto percentual de alta, o grupo Despesas Pessoais pesou com 0,03 ponto percentual, enquanto Equipamento Doméstico, Saúde, Recreação e Despesas Diversas contribuíram apenas com 0,01 ponto percentual cada e Vestuário teve peso zero no índice do mês. Na abertura do indicador por faixa de renda, o ICV revela que o custo de vida aumentou mais entre as famílias de menor renda (0,76%) e cresceu também entre aquelas com rendimento intermediário (0,64%) com maior poder aquisitivo (0,49%).

#### ✓ **Fluxo cambial fica positivo na 1ª semana de junho no Brasil**

Fonte: BC

O mês de junho começou com mais entradas que saídas de dólares no país. De acordo com dados divulgados pelo Banco Central (BC), o saldo positivo ficou em US\$ 382 milhões, na primeira semana do mês, depois do déficit de US\$ 2,077 bilhões, em maio. De janeiro a 5 de junho, o saldo é positivo, em US\$ 16,176 bilhões. Na semana passada, o fluxo financeiro – investimentos em títulos, remessas de lucros e dividendos ao exterior e investimentos estrangeiros diretos, entre outras operações – ficou negativo em US\$ 371 milhões. O fluxo comercial – operações de câmbio relacionadas a exportações e importações – teve saldo positivo de US\$ 752 milhões. De janeiro a 5 de junho, o fluxo comercial ficou positivo em US\$ 7,629 bilhões e o financeiro, em US\$ 8,547 bilhões.

#### ✓ **Bahia terá investimento em portos, estradas e aeroportos**

Fonte: Portos e logística

Parte da nova etapa do Plano de Investimentos em Logística, lançado pela presidente Dilma Rousseff, o leilão do Aeroporto de Salvador, a duplicação da BR-101 entre Feira de Santana e Gandu, as melhorias na BR-324 e BR-116 e o novo arrendamento do Porto de Aratu devem gerar R\$ 5 bilhões de investimentos em infraestrutura na Bahia. No país, serão investidos mais de R\$ 198 bilhões. A licitação está prevista para o primeiro semestre de 2016 e os investimentos estimados são da ordem de R\$ 326,4 milhões. A autorização de um Terminal de Uso Privado (TUP) para carga geral e contêineres em Candeias corresponde a outros R\$ 547 milhões investidos na infraestrutura portuária do estado. O Aeroporto Internacional de Salvador receberá investimentos de R\$ 3 bilhões. Com previsão do início dos leilões no primeiro trimestre de 2016, o aeroporto da capital baiana é 8º mais movimentado do país e o primeiro da região Nordeste, com 9,2 milhões de passageiros no ano passado. A estrutura terá o terminal de passageiros ampliado e a construção da segunda pista. Já a concessão do trecho de 199 quilômetros da BR-101, entre Feira de Santana e Gandu, prevê a duplicação da rodovia e melhorar o transporte com investimento estimado em R\$ 1,6 bilhão. Também está em avaliação a aplicação de mais R\$ 400 milhões na construção da terceira pista da BR-324 e da BR-116.



#### ✓ **Porto no Polo industrial de Manaus terá investimento de R\$ 890 milhões**

**Fonte: Portos e logística**

O setor portuário em Manaus deve receber investimentos nos próximos anos. O anúncio foi feito pela presidente Dilma Rousseff durante lançamento da segunda etapa do Programa de Investimento em Logística (PIL). O Governo do Estado afirma que a medida irá beneficiar a Zona Franca de Manaus (ZFM). Com previsão de investimentos de R\$ 198,4 bilhões nos próximos anos em todo o país, o PIL prevê a concessão de aeroportos, rodovias, ferrovias e portos. Para Manaus, os investimentos previstos chegam a R\$ 890,89 milhões com o arrendamento, por meio de outorga, de um porto que será localizado no Distrito Industrial. O pacote integra o bloco 2 de ações voltadas aos perfis de carga tipo contêineres. Segundo o Governo Federal, a capacidade do terminal será de 7,92 milhões de toneladas. O prazo de concessão à iniciativa é de 25 anos. A licitação deve ocorrer no primeiro semestre de 2016. O pacote de investimento ainda prevê a autorização de oito Terminais de Uso Privado (TUPs) dentro do Porto de Manaus. Em análise estão TUPs da Petrobras (R\$ 57,56 mi), Saint-Gobain do Brasil (R\$ 18,08 mi), Rio Amazonas (R\$ 6,00 mi), ITACAL- Itacoatiara Calcário Ltda (R\$ 2,5 mi), Itaipava S.A (R\$ 3,11 mi), Transale (R\$3,50 mi), Ponta Negra Administração e Empreendimentos Imobiliários Ltda (R\$ 1,86 mi). O valor total é de R\$ 93,09 milhões. Manaus integra ainda um bloco 2 de arrendamentos que incluiu, ao todo, 21 terminais. Junto a Manaus estão terminais de Paranaguá, Santana, Suape (2), São Sebastião e São Francisco do Sul. Os investimentos previstos são de R\$ 3,2 bilhões. O governador do Amazonas, José Melo, observou que a medida deve fomentar a economia, beneficiando a Zona Franca de Manaus. O Governo do Amazonas informou que negocia a inclusão dos outros projetos da área de logística do Estado para a próxima etapa do programa de concessões. Entre os projetos, o governador planeja discutir a inclusão do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes no programa de concessões. Segundo o Governo Federal, a previsão é de concessão de 50 novos arrendamentos, 63 novos TUPs e 24 renovações de arrendamentos, com investimentos que somam R\$ 37,4 bilhões em todo o país. Os arrendamentos serão divididos em dois blocos. A licitação do primeiro, que contemplará 29 terminais nos portos de Santos (9) e Pará (20), que somam investimentos de R\$ 4,7 bilhões, deverá acontecer ainda em 2015. Também neste ano serão autorizados 63 novos TUPs em 16 estados, que estão em análise pela Secretaria de Portos, totalizando R\$ 14,7 bilhões, além de 24 pedidos de prorrogação antecipada de contratos de arrendamentos de terminais em portos públicos, com previsão de R\$ 10,8 bilhões de investimentos, em 9 estados.

#### ✓ **Endividamento das famílias paulistanas sobe em maio**

**Fonte: FecomercioSP**

Na tentativa de equilibrar o orçamento diante do aumento do preço de bens essenciais, as famílias paulistanas estão mais endividadas em função dos empréstimos não previstos para tentar manter o mesmo padrão de consumo. A proporção passou de 48,9% em abril para 55,1% em maio, o maior valor desde julho de 2013. De acordo com a FecomercioSP, embora a parcela de endividados tenha registrado queda de 2014 até fevereiro deste ano (quando o endividamento alcançou 38,9% das famílias), o indicador voltou a subir desde então e registrou a terceira alta consecutiva. Em números absolutos, o total de famílias com algum tipo de dívida passou de 1,755 milhão em abril para 1,974 milhão em maio, o que, na comparação com o mesmo período em 2014, corresponde a um acréscimo de 139 mil. Outro fator que começa a influenciar a elevação do endividamento é a alta da taxa de desemprego. Ao mesmo tempo, a dificuldade em obter crédito pelos bancos, que estão mais seletivos e exigentes para evitar inadimplência, obriga muitas famílias a optarem por empréstimos mais caros, como o rotativo do cartão de crédito e o cheque especial. O endividamento é maior entre as famílias com rendas de até 10 salários mínimos, que alcançou 58,5% em maio, ante 50,8% em abril (alta de 7,7 pontos percentuais). Já entre as que possuem renda maior que 10 salários mínimos, o endividamento passou de 43,5% em abril para 45,2% em maio (alta de 1,7 p.p). Das famílias entrevistadas, 50,4% têm entre 11% e 50% da renda comprometida com pagamento de dívidas. Em contrapartida, 24,5% informaram que o comprometimento é menor que 10%, enquanto para 20,9% as dívidas superam 50% da renda total. O cartão de crédito, mais uma vez, liderou o motivo do endividamento das famílias paulistanas e, em maio, atingiu 69,9%, contra 65,3% em abril. Na sequência, financiamento de carro (17,9%); carnês (14,1%); financiamento de casa (12,7%); crédito pessoal (11,7%); cheque especial (5,8%). Para os consumidores com dívidas, o comprometimento da renda tem maior incidência nos





prazos por mais de 1 ano (38,1%) e em até 3 meses (21,7%). O restante divide-se entre os períodos entre seis meses e um ano (18,2%) e entre 3 e 6 meses (17,5%). Os dados apontam para uma tendência de piora da inadimplência das pessoas físicas, especialmente entre consumidores de menor renda. Ainda assim, por causa da antecipação da piora do cenário econômico por bancos e consumidores, o possível aumento das dívidas em atraso deve ser menor do que o observado em crises anteriores, não chegando a representar um quadro alarmante para o sistema financeiro. A cautela dos consumidores, somada à menor oferta de crédito, à diminuição do poder de compra, ao aumento do desemprego e do endividamento, entretanto, continuará afetando o desempenho do varejo, que não deve mostrar recuperação neste ano.

#### ✓ **Taxa de juros do cartão de crédito passa é maior que 300% ao ano**

**Fonte: Anefac**

Isso significa que quem fizer uma dívida de R\$ 1.000 no cartão estará devendo, 12 meses depois, R\$ 4.040,30. Para quem fizer dívidas no cheque especial, a conta também fica mais cara: a taxa média de juros passou de 205,06% ao ano em abril para 210,44% no mês seguinte. A taxa é a maior desde janeiro de 2003, quando estava em 220,06%. Nas demais modalidades de crédito para a pessoa física, também houve alta nos juros. No caso do comércio, a taxa passou de 82,9% ao ano para 83,94%, a maior desde dezembro de 2013. No financiamento de automóveis, passou de 27,27% para 28,02%. E no empréstimo pessoal, os juros subiram de 60,1% para 61,22% nos bancos, e de 139,24% para 140,85% em financeiras. Com essas elevações, a taxa média de juros das operações de crédito para pessoa física passou de 119,48% ao ano em abril para 121,96% ao ano em maio – a maior desde junho de 2010, quando era de 122,71%, segundo a Anefac. Para as pessoas jurídicas, os juros também ficaram mais altos. A taxa média cobrada passou de 59,55% ao ano em abril para 60,1% ao ano em maio, sendo esta a maior taxa de juros desde julho/2011. De acordo com a entidade, o cenário atual da economia, que aumenta o risco de elevação dos índices de inadimplência, assim como a probabilidade de novas altas na taxa Selic, indicam que as taxas de juros do crédito devem voltar a subir nos próximos meses.

#### ✓ **IPCA acumula alta de 8,47% em 12 meses**

**Fonte: IBGE**

A inflação oficial brasileira surpreendeu e acelerou a 0,74% em maio na comparação mensal, pressionada pelos custos de energia elétrica e alimentação, e em 12 meses continua no nível mais alto em mais de 11 anos mesmo após a sequência de altas dos juros feita pelo Banco Central. No mês passado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mostrou mais força do que se esperava após alívio em abril, quando subiu 0,71%, ficando bem acima da expectativa em pesquisa da Reuters de avanço de 0,59% em maio. Com isso, em 12 meses, o índice subiu 8,47%, ante 8,17% até abril, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quarta-feira. É a maior taxa acumulada desde dezembro de 2003, quando o IPCA chegou a 9,30%, e acima da expectativa de 8,32%. Com isso, a inflação permanece bem acima do teto da meta do governo, de 4,5% pelo IPCA, com margem de 2 pontos percentuais para mais ou menos. Na semana passada, o BC elevou a Selic em 0,50 ponto percentual, para 13,75% ao ano, levando-a ao mesmo patamar de dezembro de 2008. O IBGE apontou que o principal responsável individual pelo resultado de maio do IPCA foi o preço da energia elétrica, após série de aumentos de impostos e tarifas do setor no início do ano. Com alta de 2,77% no mês, o item respondeu por 0,11 ponto percentual do índice de maio. Com isso o grupo Habitação registrou alta de 1,22% em maio, contra 0,93% no mês anterior. O IBGE informou ainda que o grupo com maior impacto e maior alta no mês passado foi Alimentação e Bebidas, com 0,34 ponto percentual, ao subir 1,37% contra 0,97% em abril.

#### ✓ **Dólar cai sobre o Real**

**Fonte: BC**

O dólar registrou hoje, 5ª queda em 6 sessões neste mês, reagindo ao fluxo positivo recente devido a captações de empresas brasileiras e às expectativas de novas entradas de recursos com o programa de concessões anunciado hoje pelo governo. No fim do dia, o dólar à vista caiu 0,45%, aos R\$ 3,0980, menor nível de fechamento



desde 22 de maio. O volume de negócios no balcão estava em cerca de US\$ 701 milhões, no fim da tarde. No mercado futuro o dólar para julho cedia 0,59%, aos R\$ 3,1225. O Ministério do Planejamento anunciou um pacote de concessões de infraestrutura que prevê investimentos de R\$ 198,4 bilhões para rodovias, ferrovias, aeroportos e portos, incluindo a construção da ferrovia bioceânica entre o Peru e o Brasil, com participação chinesa. Entre 2015 e 2018, estão previstos R\$ 69,2 bilhões. A partir de 2019, serão mais R\$ 129,2 bilhões. Após o anúncio do plano, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse que outros investimentos serão incluídos no programa. O programa alimentou expectativas de mais fluxo positivo para o Brasil e ajudou a pressionar ainda mais o dólar que recuava desde cedo, afetado pela queda ante outras moedas de países emergentes e exportadores de commodities e pela entrada de recursos provenientes de captações realizadas por empresas brasileiras recentemente.

## NOTÍCIAS SOBRE A INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

### ✓ Custo industrial cresceu no 1º trimestre de 2015 no Brasil

Fonte: CNI

O Indicador de Custos Industriais cresceu 0,8% no 1º trimestre de 2015, informou a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Influenciaram no indicador a valorização do dólar ante o real, que encareceu os insumos importados, e a alta dos preços da energia, destaca a confederação. Apesar de elevado, o aumento do custo com energia foi menos significativo devido ao seu baixo peso na composição do custo industrial. Nesse item, o custo aumentou 8,7% no 1º trimestre ante os 3 últimos meses do ano. O indicador da CNI é formado pelos custos dos impostos, de capital de giro e de produção. No 1º trimestre, o custo tributário caiu 3,3%, o de capital de giro subiu 6% e o de produção aumentou 1,8% em relação ao 4º trimestre. De acordo com os dados da CNI, o custo dos bens intermediários aumentou 1,4% no 1º trimestre de 2015, na mesma comparação com o último trimestre de 2014, impulsionado pela elevação de 8,2% nos gastos com importados. Outro fator que influenciou foi o câmbio, responsável pela elevação de 5,6% registrada no preço dos produtos industrializados importados

### ✓ Produção brasileira de motos atinge o menor nível em 10 anos

Fonte: Abraciclo

A produção de motos atingiu o menor nível em 10 anos, informou a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas e Similares (Abraciclo). De acordo com a entidade, o acumulado de janeiro a maio chegou a 582.528 unidades, o pior resultado do setor desde 2005, quando havia alcançado 495.098 motos no mesmo período. Comparado a 2014, que fechou os 5 primeiros meses do ano com 695.155 unidades, a queda em 2015 foi de 16,2%. Em maio, foram produzidas 119.280 motocicletas, o que corresponde a uma alta de 15,7% em relação a abril (103.061 unidades), porém também indica uma queda de 12,3% em comparação com o mesmo mês de 2014 (136.080 unidades). A instabilidade macroeconômica, atrelada à falta de confiança do consumidor, reforça o momento de cautela. A queda no setor de motos acompanha resultados na produção de veículos, que voltou ao nível de 2005, em seus números alcançados no mês de maio. As exportações somaram 3.653 motocicletas em maio, com recuo de 47,8% em relação ao mesmo mês de 2014 (7.002 unidades). Em comparação com abril (2.761 unidades), as exportações evoluíram 32,3%. De janeiro a maio foram exportadas 12.765 motocicletas, volume 68,5% abaixo do registrado no mesmo período de 2014, que havia totalizado 40.579 unidades.



### MAIORES ALTAS E MAIORES BAIXAS NA BOVESPA\*

Maiores altas da Bolsa			
09/06/2015			
Desempenho da bolsa			
VALE PNA N1	3,59	R\$ 17,60	
BRADSPAR PN N1	3,51	R\$ 11,50	
VALE ON N1	3,30	R\$ 20,64	
PETROBRAS PN**	2,93	R\$ 13,35	
BRADESCO PN EJ N1	2,86	R\$ 28,06	

Maiores baixas da Bolsa			
09/06/2015			
Desempenho da bolsa			
SUZANO PAPEL PNA N1	-0,85	R\$ 16,24	
SOUZA CRUZ ON	-0,32	R\$ 24,67	
EMBRAER ON NM	-0,30	R\$ 23,00	
FIBRIA ON NM	-0,19	R\$ 42,52	
SABESP ON NM	-0,06	R\$ 17,83	

\* Referente ao fechamento do dia anterior.

\*\*Empresas do setor elétrico.

Fonte: BMF & Bovespa/Elaboração própria.

### TAXAS DE CÂMBIO

Câmbio				
Hoje (10/06/2015)				
		Compra	Venda	
	Dólar (Ptax*)		3,0837	3,0843
	Euro (Ptax*)		3,4861	3,4877

\*Ptax é a média das taxas de câmbio informadas pelos *dealers* durante 4 janelas do dia.

Fonte: BACEN/Elaboração própria.

### ATIVIDADE ECONÔMICA, INFLAÇÃO E PRODUÇÃO

Atividade econômica, Inflação e Produção						
	Abr.15	Mar.15	Fev.15	Jan.15	Dez.14	Nov.14
IBC-Br (%)	...	...	0,36	-0,11	-0,57	0,10
Produção industrial Total (%)	...	-0,80	-0,90	0,30	-1,60	-1,20
IPCA	0,71	1,32	1,22	1,24	0,78	0,51
INPC	0,71	1,51	1,16	1,48	0,62	0,53
IGP-DI	0,92	1,21	0,53	0,67	0,38	1,14
						2015 (*)
PIB (%)						-0,90
PIB Agropecuária						0,60
PIB Indústria						-2,50
PIB Serviços						-2,00

(\*)Dados do IBGE segundo a nova metodologia de cálculo.

Fonte: CNI/Bacen/IBGE/FGV

## ÁREAS DE ATUAÇÃO DAIMON:

### Regulação:

A Daimon atua fortemente na Regulação do setor energético brasileiro.

Através de Consultorias, Estudos e Pesquisa & Desenvolvimento, nossa equipe está totalmente capacitada e preparada para atender as demandas mais complexas deste mercado.

### Software:

Desenvolvemos sistemas computacionais altamente especializados para o setor elétrico.

Nossas ferramentas são utilizadas pelas maiores empresas de distribuição do país nos segmentos de operação, proteção, perdas, tarifas, mercado, confiabilidade e muito mais.

### Engenharia:

A Daimon tem destacada participação no programa de Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico brasileiro.

A Empresa conta em seu corpo técnico com vários pesquisadores oriundos de conceituadas universidades brasileiras, em particular, da Escola Politécnica da USP, onde boa parte desenvolve ou já desenvolveu trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado com significativas contribuições teóricas.

### Novos Negócios:

Eficiência e Gestão Energética, *smart grids*, são exemplos de projetos desenvolvidos pela equipe de novos negócios Daimon.

Atenta as novas demandas e em busca de melhorias contínuas a Daimon desenvolve novos negócios em linha com as necessidades do setor energético nacional.

### DAIMON, ESPECIALISTAS EM ENERGIA.

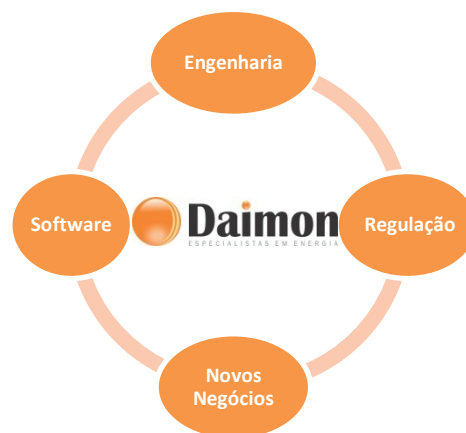
Av Paulista, 1.776 – Cj 22 – B – Bela Vista

CEP:01310-200 – São Paulo – Brasil

[faleconosco@daimon.com.br](mailto:faleconosco@daimon.com.br)

+55 11 3266-2929 / 3171-1728

[www.daimon.com.br](http://www.daimon.com.br)



A reprodução, inteira ou em parte, em qualquer forma ou meios, sem a expressa autorização por escrito da Daimon Engenharia e Sistemas não é permitida. Esta *newsletter* contém informações que são designadas somente aos seus destinatários. Conseqüentemente qualquer publicação, duplicação, distribuição ou qualquer ação tomada neste sentido é proibida e ilegal.